

A ditadura empresarial militar na Universidade Federal Fluminense: a Assessoria de Segurança e Informações e a sistematização do controle, da censura e da repressão aos docentes nos anos 1970

Ludmila Gama Pereira (doutora em História pela UFF)

Resumo: O presente artigo procurará demonstrar e analisar a atuação da Assessoria de Segurança e Informações da Universidade Federal Fluminense (ASI/UFF). Tal órgão, criado em 1971, era subordinado ao Serviço Nacional de Informações (SNI) e foi instaurado em diversas instituições ou concessões públicas no Brasil na época da ditadura. As Assessorias tinham o objetivo de investigar e reprimir os atos considerados “subversivos” pelo SNI, ou seja, qualquer ação que questionasse a ditadura. Nas universidades, as ASI tinham o papel de eleger diretores de institutos, chefes de departamento, exigir o “nada consta” de professores contratados, demitir aqueles suspeitos de subversão, admitir matrículas de estudantes ou promover a expulsão dos mesmos. Além disso, a ASI também realizava intensa relação com os órgãos de segurança e auxiliava informando a atuação de professores, funcionários e estudantes, censurava livros, planos de curso e apostilas criadas por professores. Com um recorte específico, nos ateremos brevemente à atuação da ASI/UFF na repressão, censura e vigilância dos professores ao longo da década de 1970.

Palavras-chave: universidade; ditadura

The bourgeois and military dictatorship in the Universidade Federal Fluminense: the Information and Security Advisor (Assessoria de Segurança e Informações) and the control, the censorship and the repression of professors in the seventies

Abstract: This article will demonstrate and analyze the performance of the Information and Security Advisor of the Fluminense Federal University (ASI/UFF). This institution created in 1971 was subordinate to the National Information Service (SNI) and was established in several institutions or public concessions in Brazil at the time of the dictatorship. The Advisory Councils had the objective of investigating and repressing the acts considered "subversive" by the SNI, which means any action that questioned the dictatorship. In the universities, ASI had the role of electing directors of institutes, heads of department, demanding documents about political views and acts of teachers in order to contract them, dismissing those suspected of subversion, admitting students or promoting expulsion. In addition, the ASI also had close links with security agencies and assisted in reporting on the work of teachers, staff and students; censored books and discipline syllabus. In this paper, we will focus briefly on ASI / UFF's action in the repression, censorship and surveillance of teachers in the 1970s.

Key-words: university; dictatorship

As universidades brasileiras foram alvo de diversas investigações e repressões ao longo da ditadura, e muitos de seus professores, funcionários e estudantes foram expulsos, demitidos, presos e mortos naquele contexto. Pouco se sabe sobre a dimensão dessa repressão porque foram criados diversos meios para que a perseguição política não estivesse totalmente registrada em documentos públicos oficiais. Através de depoimentos dos envolvidos e dos poucos arquivos encontrados, diversos pesquisadores e comissões da verdade das universidades nos fizeram conhecer melhor o que se passou. Alguns pesquisadores destacaram, por exemplo, que a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) foi a instituição universitária que mais sofreu ao longo do regime¹. No entanto, não se sabe a real dimensão dessa perseguição, pois diversos documentos que poderiam esmiuçar o acontecido estão desaparecidos.

Por conta da intensa repressão na UFRJ, que era a universidade de maior notoriedade do Rio de Janeiro naquela época, a antiga Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UFERJ), e atual Universidade Federal Fluminense (UFF), foi considerada por alguns professores e estudantes² da época como uma universidade de relativa autonomia e por outros, até mesmo uma “ilha da liberdade”³. Francisco Falcon, professor que atuou nas duas universidades acima citadas, ponderou essa caracterização demonstrando que a UFF estaria distante de ter sido um espaço de liberdade. De acordo com o historiador:

“Muitas e muitas vezes nos perguntamos, ou fomos indagados, sobre como vivemos, ou sobrevivemos ao longo desses anos 1970. Diante do clima de terror que se criou no IFCS/UFRJ, sobretudo no departamento de história, e ao qual já fizemos referência em trabalho sobre a história da pós-graduação em história no Largo de São Francisco (FALCON; CARVALHO; FERREIRA 2012c), criou-se o mito de que ‘em Niterói teríamos desfrutado de uma tranquilidade quase total [...]’. Bem, nem tanto ao mar, nem tanto à terra. Os ambientes eram diferentes, assim como as condições de trabalho e a liberdade de lecionar e pensar. Mas tivemos também nossos fantasmas. [...] Houve espionagem de algumas aulas, boatos atemorizadores, perseguição contra alguns professores, inclusive o funcionamento de um esdrúxulo critério de ‘ficha política limpa’ para o professor poder vir a ser contratado. Tivemos também alunos perseguidos e alguns até desaparecidos.”⁴

¹ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar: Cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, Ferreira, Marieta de Moraes. *A História como ofício: A constituição de um campo disciplinar*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2013 (não citar) e PEREIRA, Ludmila Gama. *O historiador e o agente da história: os embates políticos travados no curso de história da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (1959-1969)*. Dissertação de mestrado defendida no Departamento de História da UFF em 2010.

² BAUER, Caroline Silveira. *O comprometimento com o ofício do historiador*. Revista Carta Maior. Edição online de 28 de março de 2014. <http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/O-comprometimento-com-o-oficio-do-historiador/4/30587> Acessado em 08 de fevereiro de 2016.

³ BARBOSA, Angela Coelho; Jr. Antonio Ribeiro de Oliveira & KOCHER, Bernardo. *A UFF nos anos de Chumbo*. *Memórias da resistência na vida acadêmica do ICHF(1968-1978)*. Relatório de pesquisa preliminar do Laboratório de História Oral e Iconografia (LABHOI) do Departamento de História da UFF. Niterói, dezembro de 1990.

⁴ FALCON, Francisco Calazans. *História e memória: origens e desenvolvimento do programa de pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense*. Revista História da Historiografia nº 11, Ouro preto, abril de 2013. p. 27.

Por muito tempo, as fontes que ajudariam na elucidação da repressão e do controle nesse contexto não eram de conhecimento público e não poderiam ser acessadas por pesquisadores. Em 2012, com a lei de acesso à informação, os pesquisadores puderam consultar esses arquivos e obterem um número de fontes considerável. Os arquivos da Assessoria Especial de Segurança e Informações da UFF foi o acervo mais utilizado nessa pesquisa e será através principalmente dele que analisarei os impactos da ditadura na UFF. O acervo da ASI/UFF encontrado no Arquivo Permanente da Universidade conta com 27 caixas e cerca de 10 mil documentos. Cabe destacar também que outros arquivos foram utilizados, como parte do acervo do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, do Arquivo Nacional e das atas do Conselho Universitário da UFF, assim como algumas entrevistas feitas por mim e outras feitas pela Comissão da Verdade da Associação dos Docentes da UFF (ADUFF).

1.0) O processo de construção da ASI/UFF

Em 1964 foram criadas nas universidades as Comissões de Investigação Sumária, baseadas no artigo 7º do Ato Institucional nº1. A partir da investigação das comissões, seriam construídos os inquéritos policiais militares, suspendendo as garantias constitucionais e legais dos investigados caso fosse provado indício de “subversão”. No caso dos funcionários públicos, os mesmos seriam afastados de suas funções, aposentados ou demitidos. A Comissão de Inquérito da UFERJ (posteriormente chamada UFF) foi designada diretamente pelo Ministro da Educação e Cultura, Suplicy de Lacerda, para a investigação de possível “subversão” e probidade administrativa na Universidade. Na UFERJ, diferente da Universidade do Brasil, todos os membros da Comissão eram professores da Universidade.

A Comissão de Inquérito criada em 1964, mais do que a investigação e repressão à oposição ao regime, também evidenciou os conflitos e disputas dentro da burocracia universitária da UFF. Documentos envolvendo reitoria e direção de institutos demonstraram como a concorrência pelos cargos de direção da Universidade envolviam acusações de fraudes em eleições, peculato, desvio de verbas e nepotismo. Fica claro também que após o golpe, a denúncia de “subversão” e o não alinhamento com os militares seria um dos elementos fundamentais de acusação entre aqueles que disputavam cargos de direção.

O projeto do Serviço Nacional de Informação (SNI) foi formulado pelo general Golbery de Couto e Silva, membro da Escola Superior de Guerra e do IPES, também em 1964. Entretanto, o general Golbery já vinha trabalhando na construção de um órgão de informação desde a década de 1950 e, ainda na conspiração pelo golpe empresarial-militar, formulou dossiês com informações de mais de 400 mil pessoas e contou com a consultoria norte-americana para a construção do órgão de

informação.⁵

Três anos após a criação do SNI, foram criados órgãos de segurança e informações em todos os ministérios civis na ditadura. As Divisões de Segurança e Informações (DSI) investigariam dentro dos ministérios civis qualquer suspeita de resistência ao regime ou do que eles entendiam como “subversão”.

Ainda que em 1967 não houvesse qualquer órgão submetido à DSI do Ministério da Educação e Cultura (DSI/MEC) dentro das universidades, em 1968 foi criado o decreto nº 602.803, que estabelecia que uma pessoa da direção da Universidade deveria ser escolhida para manter comunicação constante com a DSI/MEC. A indicação deveria ser feita pelo reitor, mas deveria ser aprovada pelos órgãos de informação, de acordo com o ofício enviado por Waldemar Turola, diretor da DSI/MEC naquele contexto.⁶

Em 1971, as Assessorias de Segurança e Informações (ASI) vinculadas à DSI/MEC e instauradas nas universidades foram estruturadas⁷. A partir da construção de tais órgãos, o papel do MEC seria vigiar as atividades universitárias (sejam elas atividades estudantis e/ou congressos acadêmicos) e punir diretamente atividades consideradas subversivas como, por exemplo, processos de expurgos.

A criação das assessorias demonstrou o movimento de avanço de centralização do MEC nas universidades, intimando os reitores a criarem ASI em um prazo bastante curto. Além disso, não poderia um reitor ser eleito através de uma consulta à comunidade universitária porque esta função deveria ser necessariamente de confiança do ministro. Portanto, não há, neste momento, reitor que faça oposição (mesmo que velada) ao regime. Pode haver, e há exemplos disso, pessoas de cargo de confiança do regime evitando a perseguição de um determinado professor, estudante ou funcionário. No entanto, não faltam evidências de reitores, diretores de institutos e chefes de departamento colaborando com informações e delatando as chamadas atividades subversivas em seu campo de atuação. Ocupando os cargos de direção, o funcionário público deveria necessariamente se submeter aos preceitos ditados pelo MEC. Com a criação de órgãos de segurança e informações ligados ao MEC, em 1967, a centralização se tornou mais aguda e pensada. As estratégias de informações para que se objetivassem punições, vetos, expulsões, perseguições veladas, proibições de circulação de livros e estratégias de propaganda e contrapropaganda se tornaram mais eficazes. Para isso, era necessária uma colaboração direta dos assessores (que normalmente eram militares, professores ou servidores) das ASI universitárias verificando bibliografias de cursos, pedidos de busca, contratando informantes, enviando documentos do movimento discente, docente e de servidores,

⁵ FICO, Carlos. *Como eles agiam: os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001. p.40.

⁶ Solicitação (faz). Ofício Circular Confidencial nº 12/DSI/SI/MEC/68. Em 27 de junho de 1968. Seção de Arquivo Permanente da Universidade Federal Fluminense. Acervo ASI-UFF. Caixa 17.

⁷ MOTTA, Rodrigo Patto Sá Motta. *Incômoda Memória: Os arquivos das ASI universitária*. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 21, no 2, p. 43-66, jul/dez 2008 - pág. 43.

disponibilizando endereços de todos os estudantes, servidores e professores das universidades e etc.

Cabe ressaltar ainda que nada disso seria possível se não houvesse na própria dimensão da universidade colaboradores da ASI ocupando cargos de direção nos cursos. A DSI/MEC pediria que as ASI enviassem listas sêxtuplas e tríplexes anexadas às fichas biográficas de todos os candidatos a diretores de institutos, chefes de departamento e candidatos a cargos ligados diretamente às reitorias das universidades. Ainda que todos os candidatos a professores das universidades passassem por este primeiro crivo ideológico, aqueles que se candidatavam a cargos de direção deveriam passar por uma “inspeção ideológica” muito maior. Vimos alguns casos de professores que se mantinham na universidade (aFPB (e por conseguinte as demais ASI) seria o órgão mediador da relação entre o reitor e os órgãos administrativos inda que considerados de esquerda) mas que foram vetados de cargos de direção, por exemplo. Toda essa investigação deveria ser acompanhada de forte controle (e destruição) dos documentos de informações. Por parte do DSI/MEC, não faltaram “puxões de orelha”, estágios nos órgãos de segurança e informações e inspeções efetivas.

Foram encontrados nos arquivos da ASI/UFF o regimento das ASI da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), o que nos faz concluir que este serviu de modelo às ASI das demais universidades⁸. Esse documento estabeleceu que a assessoria seria subordinada somente ao reitor e tinha como finalidade assessorá-lo em todos os assuntos referentes a informações e à segurança nacional. A ASI/UFPB (e por conseguinte as demais ASI) seria o órgão mediador da relação entre o reitor e os órgãos administrativos inda que considerados de esquerda) mas que foram vetados de cargos de direção, por exemplo. Toda essa investigação deveria ser acompanhada de forte controle (e destruição) dos documentos de informações. Por parte do DSI/MEC, não faltaram “puxões de orelha”, estágios nos órgãos de segurança e informações e inspeções efetivas.

da universidade com a Comunidade Setorial de Informações do Ministério da Educação e Cultura⁹, da universidade com a Comunidade Setorial de Informações do Ministério da Educação e Cultura¹⁰.

Esta seção do regulamento traz muitas questões para os historiadores da ditadura. Não faltam relatos, de acordo com os dados do Arquivo Nacional, de que a grande maioria da documentação produzida pelo SNI e os órgãos relacionados a eles, está desaparecida. De acordo com dados da pesquisa do Arquivo Nacional¹¹, alguns ministérios alegaram em 2006 a não existência de tais arquivos, como foi o caso do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Outros ministérios enviaram um acervo bastante pequeno de suas DSI's como o

⁸ Esta conclusão é compartilhada por MOTTA, op. cit., 2014

⁹ Regimento Interno da AESI. Imprensa Universitária. João Pessoa- Paraíba. 1971.

¹⁰ Regimento Interno da AESI. Imprensa Universitária. João Pessoa- Paraíba. 1971.

¹¹ ISHAK, Vivien & FRANCO, Pablo E. Os Acervos dos Órgãos Federais de Segurança e Informações do Regime Militar no Arquivo Nacional. Acervo, Rio de Janeiro, v. 21, no 2, p. 29-42, jul/dez 2008.

Ministério da Fazenda, Ministério dos Transportes, e Ministério da Ciência e Tecnologia. Existem ministérios que não responderam à solicitação, e ainda há outros que alegam que tais documentos foram destruídos. Para funcionários públicos que sofreram perseguições veladas (como dificuldade de ascensão na carreira, por exemplo) e demissões sumárias, estes arquivos seriam fundamentais para demonstrar as perseguições políticas e intimidações recebidas.

O artigo de Ishak e Franco citado acima não indica que os documentos da DSI/MEC estão desaparecidos, porém, eles não se encontram em posse do Arquivo Nacional. Das ASI universitárias, de acordo com Rodrigo Motta, somente duas foram encontradas na íntegra: da Universidade de Brasília (UNB) e Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). De acordo com dados do próprio arquivo permanente da UFF, a documentação da ASI desta universidade foi liberada para acesso de pesquisadores somente em 2006. O Arquivo Nacional também pediu uma amostragem das documentações referentes à ASI da instituição.

Nem este artigo e tampouco na tese da qual ele foi derivado poderiam dar conta da dimensão total dos atingidos, à medida que, em um regime ditatorial, não foram vítimas apenas os que diretamente sofreram perseguições políticas, prisões e torturas. Mulheres e homens que viveram neste contexto histórico, em pouca ou grande medida, sofreram algum tipo de autocensura, sofreram cassações veladas (não expulsos imediatamente das universidades, mas sendo progressivamente afastados de suas posições ou sofrendo todo o tipo de dificuldade para se manter nelas) e, até mesmo, me arrisco a dizer, aqueles que ocupavam cargos de direção nas universidades (sendo claramente apoiadores ou não) se viram vigiados a partir das diversas sanções, inspeções e participação compulsória em cursos obrigatórios criados pela ditadura.

Além da demonstração do próprio funcionamento da ASI/UFF, veremos como esse órgão investigou e interferiu na vida universitária e fora dela ao longo da década de 1970 ao vetar professores de fechar contratos, recontratos e ocupar cargos de direção; fechar entidades de representação estudantil e vetar estudantes na representação dos colegiados superiores; censurar cartazes, congressos acadêmicos, shows, eventos culturais e, finalmente, colaborar com informações que levariam a prisão de professores e estudantes da UFF.

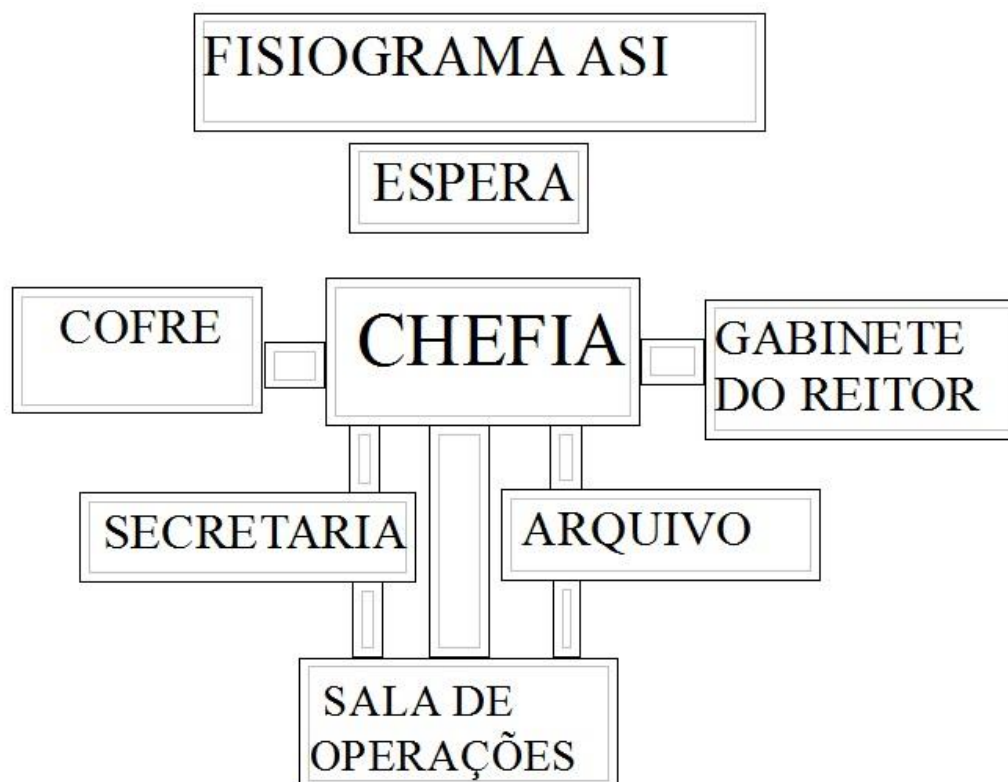
Em janeiro de 1971 a DSI/MEC enviou uma circular para todas as universidades solicitando a criação da ASI, explicando que seria um órgão da Comunidade Setorial de Informações da Educação e Cultura e estabelecendo também quais seriam suas funções¹². Na UFF, em julho de 1972, o reitor Jorge Emmanuel Ferreira Barbosa apresentou o nome do professor José Francisco Borges de Campos, do curso de matemática, como assessor responsável pela ASI/UFF¹³¹⁴. O

¹² Ofício Circular Confidencial nº02 DSI/SI/MEC/71 de 25 de janeiro de 1971. Seção de Arquivo Permanente da Universidade Federal Fluminense. Acervo ASI-UFF. Caixa 5.

¹³ A documentação disponível apresenta a nomenclatura ASI e AESI para designar a mesma entidade. Optamos pelo uso da sigla ASI para manter a coerência textual.

¹⁴ Ofício nº 6/72 de 7 de julho de 1972. Seção de Arquivo Permanente da Universidade Federal Fluminense. Acervo ASI-UFF. Caixa 5.

professor foi aprovado pela DSI/MEC para o cargo quatro meses antes, indicando que em sua ficha nada constava que o desautorizasse a ocupá-lo¹⁵. De acordo com os documentos que indicavam o descredenciamento de Francisco Borges de Campos já em 1973, Campos acumulava dois cargos: o de chefe de gabinete e de assessor da ASI/UFF. A partir das fontes encontradas no arquivo ASI/UFF posteriores a 1973, podemos supor que o único funcionário que atuou exclusivamente como assessor da ASI foi Almeno Ferreira, professor da Faculdade de Odontologia da UFF. Almeno atuou entre os anos de 1973 e 1978. Sobre sua atuação, veremos nas próximas páginas. Por ora, cabe destacar que já no fisiograma da ASI/UFF aparece a proximidade entre a assessoria e o reitor¹⁶:



Além da estrutura física da ASI/ UFF, o inventário de todos os objetos e o aparato de segurança das salas também trazem elementos importantes para a reflexão.

A descrição do inventário demonstra mais uma vez como foi sistemática a política de destruição de documentos sigilosos: Ainda que o arquivo da ASI/UFF seja o maior encontrado até hoje se compararmos aos acervos das ASI universitárias, o montante encontrado na Seção de Arquivo Permanente da UFF é consideravelmente menor que o descrito na sala de arquivo, o que atesta que esses documentos foram habitualmente destruídos (vide o destruidor de papéis na sala do chefe da ASI). Há também a possibilidade, já verificada em outras situações semelhantes de que vários documentos tenham ficado em posse dos funcionários da ASI, e finalmente, de que existiriam documentos destruídos no processo de fim da ditadura.

¹⁵ Informação n ° 302/SIED/DSI/MEC/72 em 01 de fevereiro de 1972. Seção de Arquivo Permanente da Universidade Federal Fluminense. Acervo ASI-UFF. Caixa 5.

¹⁶ Seção de Arquivo Permanente da Universidade Federal Fluminense. Acervo ASI-UFF. Caixa 16.

Como já adiantamos, Almeno Ferreira se tornaria assessor da ASI/UFF em 28 de agosto de 1974 após a aprovação da DSI/MEC de seu nome para o cargo. Veremos que a estrutura da ASI se complexificou com a atuação de Ferreira, que contaria ainda com dois funcionários: uma servidora da UFF e um datilógrafo. Tais “aquisições” para ASI/UFF pareciam ser fruto dos novos regulamentos que regeriam a assessoria, à medida que a agente administrativa Maria Therezinha Barboza Couto foi colocada à disposição da ASI/UFF por um ato reservado do reitor Geraldo Sebastião Tavares Cardoso em 20 de maio de 1977, e o datilógrafo Ary Laport foi contratado pelo reitor Cardoso (e devidamente aprovado “ideologicamente” pela DSI/MEC) em 11 de setembro do ano seguinte.

O aumento do número de funcionários exclusivos da ASI/UFF caminhou junto dos cursos de formação promovidos pela EsNi e pela ESG, já previstos no decreto de regulamentação da ASI de 1975. Ao longo dos cinco anos que Almeno Ferreira esteve à frente da ASI/UFF encontramos dois registros de estágios feitos pelo mesmo na Escola Nacional de Informações, entre 03 e 14 de maio de 1976¹⁷, e na Escola Superior de Guerra (ESG), entre 16 e 27 de agosto de 1976¹⁸. Neste último curso cabe atentar que o general do Exército e comandante da ESG, Ayrton Pereira Tourinho, enviou diretamente ao reitor Geraldo Sebastião Tavares Cardoso um convite para que indicasse nomes para o curso de extensão da ESG, que teria como temas *Aspectos da Problemática Psicossocial e Panorama Econômico Brasileiro – A Empresa*¹⁹. Além de Almeno Ferreira, os professores Levi Carlos Cruz e Delba Guarini Lemos também se candidataram ao curso de extensão da ESG²⁰.

Em agosto de 1977, o comandante Tourinho, pediu novamente a indicação de dois nomes que representariam a UFF no II curso de extensão criado na ESG.²¹ Os nomes indicados pelo reitor Cardoso seriam Washington Braga Lima Netto, professor da Faculdade de Arquitetura da UFF, e José Pedro Pinto Esposel, professor de Arquivologia e responsável pelo setor de documentação da Biblioteca Central da UFF²². Não encontramos nos arquivos quais os critérios do reitor para a escolha desses dois nomes, no entanto, podemos afirmar que outros professores solicitaram ao reitor a vaga para serem estagiários no curso de extensão da ESG. Esse foi o caso do professor Suelyo Santos Oliveira, professor do curso de Odontologia na UFF, que para pleitear a vaga utilizou como argumento ser titular da disciplina *Ciências da Conduta* e, portanto, o curso oferecido pela ESG o

¹⁷ O vice-reitor Rogério Benevento avisa ao chefe da DSI/MEC que Almeno Ferreira fez o estágio na EsNi. Of. Confidencial nº 19/76 de 06 de julho de 1976. Seção de Arquivo Permanente da Universidade Federal Fluminense. Acervo ASI-UFF. Caixa 11.

¹⁸ Of. GN nº 493/76 de 28 de julho de 1976. Seção de Arquivo Permanente da Universidade Federal Fluminense. Acervo ASI-UFF. Caixa 25.

¹⁹ Carta do comandante da ESG para o reitor da UFF em 22 de junho de 1976. Seção de Arquivo Permanente da Universidade Federal Fluminense. Acervo ASI-UFF. Caixa 25.

²⁰ Memorando nº 76 de 27 de agosto de 1976. Seção de Arquivo Permanente da Universidade Federal Fluminense. Acervo ASI-UFF. Caixa 25.

²¹ Aviso nº 2676 de 2 de agosto de 1977. Seção de Arquivo Permanente da Universidade Federal Fluminense. Acervo ASI-UFF. Caixa 1.

²² Of. GR nº 426/76 de 13 de setembro de 1977. Seção de Arquivo Permanente da Universidade Federal Fluminense. Acervo ASI-UFF. Caixa 1.

aperfeiçoaria no campo de estudos psicossociais²³.

Os ofícios relativos à saída de Almeno Ferreira como assessor da ASI/UFF em 1979 demonstram que tais cursos feitos pelo assessor não dariam conta do que o decreto de 1975 estabelecia como “formação complementar específica em se tratando da área de Informações”²⁴. Em 4 de abril de 1978, o decreto de nº 81.512 reforçaria a necessidade de que assessores tivessem formação específica em informações, estabelecendo o prazo de 30 de abril para que fossem regularizadas as situações profissionais dos assessores das ASI. Neste meio tempo, em 20 de abril, Ferreira enviou um ofício ao reitor pedindo dispensa de suas funções, pois não teria a formação necessária para continuar no cargo²⁵. Logo após o término do prazo estabelecido pelo decreto para a regulamentação funcional do assessor, a DSI/MEC enviou um ofício ao reitor pedindo que Almeno Ferreira de Souza fosse dispensado da chefia da ASI/UFF²⁶. Almeno Ferreira voltou ao seu cargo de professor titular da Faculdade de Odontologia na UFF e não há nenhum documento no arquivo da ASI/UFF que demonstrasse ter havido uma outra indicação de assessor nos moldes dos decretos de 1975 e 1978.

A análise dos documentos reafirma a tese de que a partir da saída de Almeno Ferreira, as funções da ASI/UFF foram divididas basicamente entre Maria Therezinha Barbosa Couto, os chefes de gabinete do reitor e os próprios reitores entre os anos de 1979 e 1985. Sobre esse período veremos, a seguir, a partir da análise das assinaturas dos documentos relativos à perseguição de estudantes, professores, servidores, proibição de congressos e recusa de saída do país ao longo.

2.0) Os professores da UFF na ditadura: vigilância, prisão, censura, demissão e vetos

2.1) Os vetos em contratos e renovações

Com o decreto nº 477 de 1969, muitos professores foram demitidos das universidades acusados de subversão. Porém, foi na ocasião da criação da ASI universitárias em 1971 que a ditadura estruturou uma forma de vetar contratos de professores críticos ao regime. No caso da UFF, todo contrato de professor, mesmo que o candidato já tivesse passado pelo processo seletivo, deveria acompanhar uma declaração de “nada consta” emitido pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). Se esta declaração não fosse apresentada à universidade ou se houvesse, por parte do DOPS, qualquer impedimento para o contrato do professor, este não seria contratado. O “nada consta” significaria, em tese, que o professor não teria feito qualquer declaração crítica à ditadura, não teria identificação com a esquerda ou com qualquer movimento contra a ditadura. Por exemplo, as declarações de apoio aos estudantes e professores demitidos ou presos, o envolvimento

²³ Carta enviada ao reitor em 5 de julho de 1977. Seção de Arquivo Permanente da Universidade Federal Fluminense. Acervo ASI-UFF. Caixa 1.

²⁴ Decreto nº 75.639, de 22 de abril de 1975.

<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=189852&norma=204934> Acessado em 28 de março de 2015.

²⁵ Seção de Arquivo Permanente da Universidade Federal Fluminense. Acervo ASI-UFF. Caixa 9.

²⁶ OFÍCIO nº 019/3000/79-SNM/DSI/MEC-CIRCULAR de 08 de maio de 1979. Seção de Arquivo Permanente da Universidade Federal Fluminense. Acervo ASI-UFF. Caixa 9.

com o marxismo (na academia ou em qualquer movimento político) e até pautas específicas como qualquer crítica à reforma universitária seriam enxergados como “subversivos”.

Um caso que vale destacar nesse artigo foi o veto no processo da renovação de contrato do professor do curso de História da UFF, Jorge Miguel Mayer. O professor foi contratado pela UFF em 1971, apesar de já não ter sido aprovada sua contratação pelo DOPS da Guanabara (DOPS/GB). Em ofício de 13 de fevereiro de 1973, Assessoria Regional de Segurança e Informações da Guanabara (ARSI/GB) pediu à ASI/UFF informações sobre o professor Ronaldo do Livramento Coutinho por conta justamente da sua intervenção na contratação de Mayer. Segundo o ofício, Coutinho, na época vice-diretor do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia (ICHF) da UFF, contratou Mayer em virtude da demora do parecer do departamento. Em junho de 1971, o DOPS indeferiu o pedido de “nada consta” e o professor continuou lecionando. Por conta desse fato, além de Mayer, Coutinho também seria investigado pela ARSI/GB²⁷. A resposta da reitoria nessa ocasião era de que Mayer na ocasião de seu contrato teria informado à Reitoria que o DOPS/GB deferiu seu processo de “nada consta” e que mais tarde o mesmo corrigiu essa informação, no entanto, ele já estava contratado. A ASI/UFF afirmou ainda que em dezembro de 1972, quando o contrato do professor acabaria, ele não seria recontratado e já não seria professor da universidade²⁸.

Para entendermos o processo de perseguição a Mayer, recuamos novamente a 1972, quando o professor, já lecionando na UFF, foi preso clandestinamente por agentes do DOPS. No Jornal do Brasil de 11 de abril de 1972, foi divulgada a prisão de Jorge Miguel Mayer enquanto caminhava na rua Lauro Müller em Botafogo. Conforme a matéria, o professor foi preso e enviado para lugar desconhecido. A chamada da matéria descreveu o pedido de *habeas corpus* impetrado pelo advogado de Mayer, Lino Machado Filho, no Supremo Tribunal Militar (STM). No pedido, o advogado solicitou que o STM obtivesse informações do I Exército, do I Distrito Naval e da Secretaria de Segurança do Estado a fim de tomar conhecimento sobre o motivo da prisão de Mayer e sobre qual órgão teria feito a solicitação²⁹.

Em resposta a um ofício confidencial da ARSI/GB, a ASI/UFF, além de dar informações sobre Mayer, anexaria o seu programa de curso para que fosse avaliado pelos órgãos de informação. Além disso, a ASI/UFF prometeu a demissão de Mayer, cumprida prontamente como vimos em outro ofício sobre o caso³⁰. Podemos concluir a partir desse pedido de informações que na ocasião de sua soltura, Mayer continuou lecionando na UFF ao longo do ano de 1972. Segue o informe da ASI/UFF:

“1. O nomeado não é professor da Faculdade de Direito, do Centro de Estudos

²⁷ Pedido de busca nº 28 ARSI/GB/DSI/MEC/973 de 13 de fevereiro de 1973. Seção de Arquivo Permanente da Universidade Federal Fluminense. Acervo ASI-UFF. Caixa 25.

²⁸ Informe nº 11/73 de 09 de março de 1973. Seção de Arquivo Permanente da Universidade Federal Fluminense. Acervo ASI-UFF. Caixa 25.

²⁹ Advogado pede ao STM que descubra o paradeiro de professor preso na rua. *Jornal do Brasil*. 1º Caderno, 11 de abril de 1972. Seção de Arquivo Permanente da Universidade Federal Fluminense. Acervo ASI-UFF. Caixa 25.

³⁰ Informe nº 11/73 de 09 de março de 1973. Seção de Arquivo Permanente da Universidade Federal Fluminense. Acervo ASI-UFF. Caixa 25.

Aplicados, e sim do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, do nosso Centro de Estudos Gerais.

2. O programa em anexo é cumprido por ele, uma vez ser comum a todos os professores que lecionam História Econômica I e II. Não há bibliografia oficialmente indicada.

3. O professor JORGE MIGUEL não nos criou nenhum problema administrativo, não consta que tenha agido de maneira a preocupar sob aspecto ideológico. Seu contrato expirou em 31/12/72 e a renovação é quase automática. Vamos exigir-lhe o “nada consta” do DOPS, senão não será renovado o contrato.

Qualquer observação dessa ARSI sobre o professor em questão será por nós agradecida.”³¹

Além destes, outros professores foram vetados depois de trocas de informações dos diversos órgãos de segurança e informações do MEC, ou seja, as informações circulavam em todas as ASI's universitárias. Os professores podiam não ser contratados pela UFF porque a DSI/MEC observava um “histórico negativo” quando pedia informações para outras universidades. Naturalmente que a DSI/MEC pedia informações para a ASI/UFF de todos os ex-professores ou ex-alunos (da graduação e da pós-graduação) da UFF que se candidatavam a qualquer cargo em outra universidade³². Esse foi o caso da professora Nancy Alessio Magalhães, professora-assistente do curso de Ciências Sociais da UFF e candidata ao cargo de assessoramento superior do MEC.³³ A ASI/UFF não recomendou sua contratação alegando que a mesma “doutrinava” os alunos e era próxima dos professores considerados “subversivos” na Universidade³⁴. Entre os vetados para cargos docentes encontrados nos arquivos da ASI/UFF estavam Claudio Vaz Taboas³⁵ e Floriano Soares de Souza Filho, ambos impedidos para o cargo de professor colaborador³⁶. Existiam os casos daqueles que eram contratados com restrições: foi o caso do professor Renato de Andrade Lessa, que segundo a DSI/MEC, caso fosse nomeado, deveria ser observado³⁷. O caso de Lessa nos leva a uma importante reflexão: os vetos de contratos e recontratos não queriam dizer, entretanto, que não foram contratados professores de esquerda nas universidades. Nomes como Muniz Sodré, Francisco Falcon e Nilo Tavares eram sempre qualificados como “de esquerda” e todos aqueles que tinham

³¹ Informe nº 6 ASI/UFF/DSI/MEC em 19 de janeiro de 1973. Seção de Arquivo Permanente da Universidade Federal Fluminense. Acervo ASI-UFF. Caixa 25.

³² Arquivo Permanente da Universidade Federal Fluminense. Acervo ASI-UFF. Caixa 4.

³³ Pedido de Busca nº 1275 ASI/DR-3/MEC/1979 em 08 de maio de 1979. Arquivo Permanente da Universidade Federal Fluminense. Acervo ASI-UFF. Caixa 4.

³⁴ Informação nº 74/79 em 23 de maio de 1979. Arquivo Permanente da Universidade Federal Fluminense. Acervo ASI-UFF. Caixa 4.

³⁵ Informação nº 1484/ASI-DR3/MEC/1979 de 31 de maio de 1979. Seção de Arquivo Permanente da Universidade Federal Fluminense. Acervo ASI-UFF. Caixa 16.

³⁶ Informação nº 2682/ASI/DR3/MEC/1978 em 26 de julho de 1978. Arquivo Permanente da Universidade Federal Fluminense. Acervo ASI-UFF. Caixa 16.

³⁷ Informação nº 3769/ASI/DR3/MEC/1978 em 19 de outubro de 1979. Arquivo Permanente da Universidade Federal Fluminense. Acervo ASI-UFF. Caixa 16.

qualquer relação com os citados, deveriam ser alvo de constante atenção e vigilância³⁸.

Os vetos de professores não se resumiam somente a contratos e recontratos, mas resvalavam para a liberação para viagens ao exterior, candidaturas a cargos de direção dentro das universidades e participação em colegiados, evidenciando mecanismos de controle bastante amplos e ativos.

2.2) O veto nos cargos de direção nas universidades

Como vimos, o processo de escolha dos ocupantes de cargos de direção ou de membros dos colegiados superiores na universidade seria submetido à decisão do Ministro da Educação. Seriam enviadas para o MEC listas sêxtuplas com os nomes dos candidatos à eleição de reitores, vice-reitores, membros dos colegiados superiores, diretores de institutos e chefes de departamentos. Nos arquivos da ASI/UFF, há a lista de candidatos vetados para cargos de chefia de departamento nos anos de 1975, 1976 e 1977³⁹. Dos 269 professores listados nestes anos, dez professores foram vetados para os cargos para os quais se candidataram.

2.3) A censura

Os órgãos de informações do MEC não ficariam somente na investigação dos planos de cursos, eles também censurariam diretamente os conteúdos que eles entendiam ser subversivos e inadequados à universidade. Um caso emblemático que envolveu diretores de instituto, reitoria, professores e alunos foi o do professor José Nilo Tavares do curso de Ciências Sociais da UFF. A primeira caracterização da ASI/UFF sobre Tavares data de 1973, quando destacava em ofício para a ARSI/GB, no contexto de discussão da implementação da reforma universitária na UFF, que o professor era “acompanhado com a maior atenção”⁴⁰. Diante desta informação a ARSI/GB, no mesmo ano, solicitou informações sobre Tavares questionando as razões para que a ASI/UFF “acompanhasse com atenção a conduta do referido professor”⁴¹. Só localizamos informações sobre o professor em 1975 e 1976, quando a ASI/UFF destacava que José Nilo Tavares teve papel significativo na discussão sobre a Reforma Universitária na UFF e teria presidido a comissão paritária, liderando o movimento estudantil, mesmo sendo professor⁴². Um ano depois, o assessor da ASI/UFF, Almeno Ferreira, informou que Tavares prefaciou traduções da obra de Karl Marx e que também promoveu, em junho de 1976, uma reunião em Santa Teresa, bairro do Rio de Janeiro, para discutir a atuação do movimento estudantil no Grande Rio⁴³. Entre os ofícios do começo de 1973 e

³⁸ Informe nº 10 de 29 de janeiro de 1973. Seção de Arquivo Permanente da Universidade Federal Fluminense. Acervo ASI-UFF. Caixa 5.

³⁹ Seção de Arquivo Permanente da Universidade Federal Fluminense. Acervo ASI-UFF. Caixa 15.

⁴⁰ Ofício confidencial nº 23/73/GR de 05 de novembro de 1973. Arquivo Permanente da Universidade Federal Fluminense. Acervo ASI-UFF. Caixa 2.

⁴¹ Ofício confidencial nº 1249/ARSI/GB/DSI/MEC de 12 de dezembro de 1973. Arquivo Permanente da Universidade Federal Fluminense. Acervo ASI-UFF. Caixa 2.

⁴² Ofício confidencial nº 22/75 de 19 de janeiro de 1975. Arquivo Permanente da Universidade Federal Fluminense. Acervo ASI-UFF. Caixa 9.

⁴³ Ofício confidencial nº 54/76. Arquivo Permanente da Universidade Federal Fluminense. Acervo ASI-UFF. Caixa 19.

os de 1975/76, o processo de investigação de Nilo Tavares no âmbito da ASI/UFF foi se intensificando. Em 1974 o professor criou, em colaboração com o Diretório Acadêmico (DA) do ICHF, uma apostila intitulada *Radicalização política na década de 30* e as 96 cópias da mesma que estavam no diretório acadêmico do instituto foram apreendidas pela direção do instituto na ocasião do fechamento desta entidade estudantil. Aydil Preis, na época diretora do ICHF, enviou todas as apostilas para a ASI/UFF. Segue o ofício enviado por Preis:

“Senhor Assessor:

Conforme entendimentos verbais encaminho a V.Sa. 96 apostilas sobre RADICALIZAÇÃO POLÍTICA NA DÉCADA DE 30.

Aproveito a oportunidade para apresentar a V.Sa. protestos de elevada estima e consideração.

Aydil de Carvalho Preis

DIRETORA”⁴⁴

Pouco antes do memorando enviado por Preis, os estudantes do DA do ICHF solicitaram à Reitoria que as apostilas fossem devolvidas ao diretório, alegando que eram fundamentais para o curso que faziam com o professor Tavares na UFF e, além disso, já teriam sido encomendadas outras 50 apostilas para a PUC do Rio de Janeiro⁴⁵. O desfecho desse caso se deu com a proibição da utilização da apostila criada por Tavares na UFF. Almeno Ferreira justifica assim a censura:

“(…)5 – A ilustre Comissão que diligenciou o fechamento do referido Diretório, ao tempo, providenciou que uma Comissão de Professores examinassem o material retido. A comissão apreciou a citada apostila sob o ponto de relação do assunto e programação das disciplinas estudadas no ICHF concluindo pela existência da relação programa – assunto da apostila.

6 – Contudo, ao analisarmos a citada apostila, concluímos não ser recomendável que a dita apostila seja distribuída com a corresponsabilidade da Universidade e do Diretório Acadêmico.

7 – Assim, opinamos, que as apostilas, em número de 90, sejam entregues ao autor, Prof. José Nilo Tavares, que mediante termo de responsabilidade, se comprometeu a substituir a capa e cancelamento de “Introdução I” e que a venda da mesma se dê fora da área da Universidade e sob sua inteira responsabilidade.”⁴⁶

Diante da proibição da utilização da apostila, Tavares acatou a decisão da ASI/UFF e retirou

⁴⁴ MEMO nº 9/74 de 18 de outubro de 1974. Arquivo Permanente da Universidade Federal Fluminense. Acervo ASI-UFF. Caixa 2.

⁴⁵ Carta do Diretório Acadêmico do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia (ICHF) à Reitoria da UFF em 27 de agosto de 1974. Arquivo Permanente da Universidade Federal Fluminense. Acervo ASI-UFF. Caixa 2.

⁴⁶ GR em 16 de dezembro de 1974. Arquivo Permanente da Universidade Federal Fluminense. Acervo ASI-UFF. Caixa 2.

da apostila qualquer menção à UFF e solicitou que os exemplares fossem enviados à PUC/Rio onde era diretor do departamento de História⁴⁷. Pouco menos de um mês depois a ASI/UFF enviou as apostilas proibidas para o autor⁴⁸. Sem conhecimento de quais seriam os “entendimentos verbais” e os motivos da conclusão de que a apostila poderia ser vendida pelo professor, mas sem menção à UFF, resta a hipótese de que qualquer “radicalização política”, mesmo a dos anos 1930, era potencialmente ameaçadora.

2.4) A prisão de professores

Vimos que dezenas de nomes de professores apareceram quando os mesmos não foram contratados, não ocuparam cargos de direção, não foram expedidas as permissões para viagens e, claro, quando foram efetivamente demitidos. Cabe destacar que, partindo das diversas formas de repressão listadas até agora, alguns professores seriam presos em órgãos de segurança por suas posturas vistas como subversivas nas universidades. O caso mais emblemático dessa situação foi o do professor Ayrton de Albuquerque Queiroz. O professor atravessou toda a sua vida acadêmica e política na UFF, pois foi estudante ativo no movimento estudantil e foi contratado como professor em 1974. A partir deste último evento particular, o questionamento natural que fazemos é de como um ex-aluno militante do movimento estudantil seria contratado pela mesma universidade que o formou, já que para ser contratado deveria passar pelo crivo do DOPS, pela DSI/MEC e pela própria ASI/UFF. Todas essas explicações seriam feitas pela própria ASI/UFF na ocasião da prisão de Queiroz, como uma forma de justificar a contratação de um “professor subversivo”⁴⁹.

De acordo com o ofício da assessoria, o contrato de Queiroz foi efetivado pois no ano de sua admissão não era exigido o levantamento de dados biográficos, somente a certidão negativa no DOPS. A partir de informes verbais, a ASI/UFF considerou que somente havia um registro sobre o nominado na 2ª Brigada do Exército de Niterói e São Gonçalo. Como o registro não caracterizava ações de esquerda, o professor foi contratado. Sobre a sua posse na coordenação do curso, o ofício justificou indicando que o professor era o único da Economia da área profissionalizante e ao se tornar coordenador, sua ficha foi avaliada posteriormente a partir dos parâmetros da ARSI/GB. O ofício continua indicando que a prisão do professor foi uma surpresa para os seus pares, já que o mesmo, ocupando a coordenação do curso, ajudava na manutenção da disciplina na Faculdade.

Como citado no ofício, Queiroz foi preso quando chegava das barcas, no centro de Niterói, no dia 5 de março de 1976⁵⁰. A partir de sua prisão, a imprensa estudantil se mobilizou para exigir o

⁴⁷ Carta de José Nilo Tavares ao chefe de gabinete da Reitoria da UFF em 20 de maio de 1975. Arquivo Permanente da Universidade Federal Fluminense. Acervo ASI-UFF. Caixa 2.

⁴⁸ Carta do Assessor Especial do Reitor da UFF ao professor José Nilo Tavares em 9 de junho de 1975. Arquivo Permanente da Universidade Federal Fluminense. Acervo ASI-UFF. Caixa 2.

⁴⁹ Informação nº 8/76. LDB Ayrton de Albuquerque Queiroz. SICI/2/DSI/MEC/02521/02170/76 em 10 de março de 1976. Arquivo Permanente da Universidade Federal Fluminense. Acervo ASI-UFF. Caixa 22.

⁵⁰ Entrevista concedida à ADUFF em 2013.

paradeiro do professor e sua imediata soltura⁵¹. Os estudantes entendiam que o professor teria sido raptado, e no mesmo dia aconteceu uma mobilização estudantil destacando-se, de acordo com a informação da assessoria da UFF, a atuação dos estudantes Luiz Carlos Azedo, da Faculdade de História e João Goes, da Faculdade de Direito⁵². O documento citou ainda que houve mal estar entre os professores por conta da abordagem da imprensa sobre a prisão de Queiroz, e por conta disso, alguns professores se afastaram do movimento, ficando somente os de inclinações à esquerda e “agitadores”.

No documento tirado no Conselho de DA's e do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da UFF, a preocupação com a integridade do professor se relacionava diretamente às mortes recentes ocasionadas por torturas do jornalista e professor da Universidade de São Paulo (USP) Wladimir Herzog e do operário Manoel Fiel Filho. Além de Queiroz, os estudantes reivindicavam a soltura dos professores da UFRJ Alexandre Magalhães da Silveira e Joel Theodósio e ainda do fotógrafo Luiz Paulo Machado do Jornal *O Globo*.

“Em função das manifestações de repúdio às prisões por parte dos professores, alunos e opinião pública, já se conseguiu localizar o paradeiro dos professores e do fotógrafo. No entanto, isto não é nenhuma garantia de que os mesmos não tenham sido ou não estejam sendo submetidos a tratamento cruel e desumano. Cabe lembrar aqui os trágicos episódios que resultaram as prisões do professor e jornalista Wladimir Herzog e do operário metalúrgico Manoel Fiel Filho.

É dever de todos nós continuar e ampliar o movimento de solidariedade nos presos para garantir a vida e a integridade física e mental dos mesmos.”⁵³

O que decorreu da prisão de Queiroz não foi somente a sua demissão logo após ter saído da prisão, onde foi torturado, mas a demissão de todos os professores que o apoiaram, ou seja, aqueles que eram identificados como “os que restaram e que tinham inclinações de esquerda” de acordo com a ASI/UFF. Quatro meses depois da prisão de Queiroz, muitos professores foram demitidos da UFF, caracterizados como parte de uma organização de base do Partido Comunista Brasileiro (PCB) na UFF. Além de Ayrton de Albuquerque Queiroz⁵⁴, os demitidos pelo envolvimento em ações

⁵¹ Jornal Perspectiva do movimento estudantil da UFF. Arquivo Permanente da Universidade Federal Fluminense. Acervo ASI-UFF. Caixa 16.

⁵² Informação nº 7/76. PB/017/1164/76-1/DSI/MEC/76 em 10 de março de 1976. Arquivo Permanente da Universidade Federal Fluminense. Acervo ASI-UFF. Caixa 22.

⁵³ Documento público do Conselho de DA's e DCE da UFF. Arquivo Permanente da Universidade Federal Fluminense. Acervo ASI-UFF. Caixa 16.

⁵⁴ Caracterização de Ayrton de Albuquerque Queiroz pela ASI/UFF: “Foi admitido em 01/04/74 como auxiliar de ensino. Eleito em outubro de 1975 para coordenador do curso de Economia. Dispensado das atribuições logo após sua libertação pelas autoridades responsáveis pelo inquérito que responde. Por ato do Reitor e por conveniência administrativa, foi dispensado das funções de auxiliar de ensino. O contrato do nominado terminaria em 31.12.76.” Informação nº 63/76 PB/166/7956/76/SICI/1/DSI/MEC/76 de 12 de outubro de 1976. Seção de Arquivo Permanente da Universidade Federal Fluminense. Acervo ASI-UFF. Caixa 22.

políticas de esquerda na universidade de acordo com o ofício foram: Laís Moura de Sá Tavares⁵⁵, Edmundo Fernando Dias⁵⁶, Lucia Maria Lippi de Oliveira⁵⁷, Antonio Amaral Serra⁵⁸, Maria Rita Pontes Assumpção⁵⁹, Amos Tropper⁶⁰, Paulo Antonio de Oliveira Gomes⁶¹, Wladimir Moraes Samento⁶², Carmem de Jesus Garcia⁶³, Raymundo Augusto Sérgio Nogueira Carneiro⁶⁴ e Miguel Furtado Freire da Silva⁶⁵. O ofício enumera ainda os auxiliares de ensino demitidos em 25 de agosto de 1976 em decorrência dos acontecimentos na Faculdade de Economia⁶⁶. Foram eles: Julio Fernando Ferreira Sena, Nadia Raad Moreno, José Manoel Baltar da Rocha, Edson Alves da Cunha⁶⁷, Gastão Reis Rodrigues Pereira, Paulo Antonio de Oliveira Gomes, Alexandre Addor

⁵⁵ Caracterização de Laís Moura de Sá Tavares pela ASI/UFF: “Cessaçao de vínculo. Não apresentação da certidão do DOPS.” Auxiliares de ensino cujos contratos de trabalho foram rescindidos. Informação nº 39/76 de 05 de julho de 1976. Seção de Arquivo Permanente da Universidade Federal Fluminense. Acervo ASI-UFF. Caixa 19.

⁵⁶ Caracterização de Edmundo Fernando Dias pela DSI/MEC: “O nominado teria sido demitido da UFF por manter ligações com o prof. Airton de Albuquerque Queiroz, preso por pertencer ao PCB.” Pedido de busca nº 2938 ASI/DR-3/MEC/1977 em 27 de julho de 1977. Seção de Arquivo Permanente da Universidade Federal Fluminense. Acervo ASI-UFF. Caixa 6.

⁵⁷ Caracterização de Lucia Maria Lippi de Oliveira pela ASI/UFF: “Cessaçao de vínculo. Não apresentação da certidão do DOPS.” Auxiliares de ensino cujos contratos de trabalho foram rescindidos. Informação nº 39/76 de 05 de julho de 1976. Seção de Arquivo Permanente da Universidade Federal Fluminense. Acervo ASI-UFF. Caixa 19.

⁵⁸ Caracterização de Antonio Amaral Serra pela ASI/UFF: “Justa causa. 28 faltas em um mês. Atividades de esquerda. Não apresentou certidão do dops.” Auxiliares de ensino cujos contratos de trabalho foram rescindidos. Informação nº 39/76 de 05 de julho de 1976. Seção de Arquivo Permanente da Universidade Federal Fluminense. Acervo ASI-UFF. Caixa 19.

⁵⁹ Caracterização de Maria Rita Pontes Assumpção pela ASI/UFF: “Economia – assinou manifesto, contrato não renovado.” Auxiliares de ensino cujos contratos de trabalho foram rescindidos. Informação nº 39/76 de 05 de julho de 1976. Seção de Arquivo Permanente da Universidade Federal Fluminense. Acervo ASI-UFF. Caixa 19.

⁶⁰ Caracterização de Amos Tropper pela ASI/UFF: “Assinou manifesto. Pediu interrupção de contrato para fazer curso em Paris. Foi negado, pediu demissão.” Auxiliares de ensino cujos contratos de trabalho foram rescindidos. Informação nº 39/76 de 05 de julho de 1976. Seção de Arquivo Permanente da Universidade Federal Fluminense. Acervo ASI-UFF. Caixa 19.

⁶¹ Caracterização de Paulo Antonio de Oliveira Gomes pela ASI/UFF: “Em razão de suas atividades ligadas ao grupo de Airton de Albuquerque Queiroz, pela portaria nº 4894/76 de 22.01.76, assinada pelo Reitor da UFF, foi dispensado por conveniência da Administração das funções de auxiliar de ensino.” Informação nº 63/76 PB/166/7956/76/SICI/1/DSI/MEC/76 de 12 de outubro de 1976. Seção de Arquivo Permanente da Universidade Federal Fluminense. Acervo ASI-UFF. Caixa 22.

⁶² Caracterização de Wladimir Moraes Samento pela ASI/UFF: “Dispensado justa causa, faltas frequentes e sucessivas. Elemento de atividade de esquerda.” Auxiliares de ensino cujos contratos de trabalho foram rescindidos. Informação nº 39/76 de 05 de julho de 1976. Seção de Arquivo Permanente da Universidade Federal Fluminense. Acervo ASI-UFF. Caixa 19.

⁶³ Caracterização de Carmem de Jesus Garcia pela ASI/UFF: “Cessaçao de vínculo. Assinou manifesto. Atividade de esquerda. Companheiro de Arthur Carlos Tinelli.” Auxiliares de ensino cujos contratos de trabalho foram rescindidos. Informação nº 39/76 de 05 de julho de 1976. Seção de Arquivo Permanente da Universidade Federal Fluminense. Acervo ASI-UFF. Caixa 19.

⁶⁴ Caracterização de Raymundo Augusto Sérgio Nogueira Carneiro pela ASI/UFF: “Dispensado por cessação de vínculo. Não apresentou certidão do DOPS. Foi preso em 30.04.76 em Niterói, quando se dirigia para Volta Redonda, conduzindo no carro panfletos para serem distribuídos. Lotado no departamento de Engenharia Civil. Data da dispensa: A partir de 01.05.76.” Auxiliares de ensino cujos contratos de trabalho foram rescindidos. Informação nº 39/76 de 05 de julho de 1976. Seção de Arquivo Permanente da Universidade Federal Fluminense. Acervo ASI-UFF. Caixa 19.

⁶⁵ Caracterização de Miguel Furtado Freire da Silva pela ASI/UFF: “Cessaçao de vínculo.” Auxiliares de ensino cujos contratos de trabalho foram rescindidos. Informação nº 39/76 de 05 de julho de 1976. Seção de Arquivo Permanente da Universidade Federal Fluminense. Acervo ASI-UFF. Caixa 19.

⁶⁶ Informação nº 63/76 PB/166/7956/76/SICI/1/DSI/MEC/76 de 12 de outubro de 1976. Seção de Arquivo Permanente da Universidade Federal Fluminense. Acervo ASI-UFF. Caixa 22.

⁶⁷ Caracterização de Nadia Raad Moreno, José Manoel Baltar da Rocha e Edson Alves da Cunha pela ASI/UFF: “Nadia Raad Moreno, José Manoel Baltar da Rocha e Edson Alves da Cunha assinaram o manifesto de solidariedade ao professor Ayrton de Albuquerque Queiroz.” Dispensa de Professores da Faculdade de Economia. Informação nº 50/76 de 31 de agosto de 1976. Seção de Arquivo Permanente da Universidade Federal Fluminense. Acervo ASI-UFF. Caixa 22.

Netto⁶⁸, Hildete Pereira de Melo Hermes de Araújo⁶⁹, Solange Fernandes Pinheiro, Angela Ganen Amálio da Silva⁷⁰ e Carlos Alberto de Carvalho Afonso.⁷¹ Carlos Alberto Gadelha⁷² e Hildete Pereira de Melo Hermes de Araújo⁷³ pediram demissão antes que fossem demitidos. Importante destacar nesse caso é que quase todos os demitidos estão formalmente caracterizados com processos de abandono de emprego ou pedido de demissão nos atos da reitoria, nunca pelas atividades de esquerda e/ou apoio ao professor Queiroz.⁷⁴ O pedido de informação sobre o professor demitido Carlos Alberto de Carvalho Afonso demonstra como as demissões políticas eram transfiguradas em demissões de avaliação profissional, em clara demonstração dos artifícios empregados pela repressão na universidade, para travestir com critérios profissionais “neutros” o que na verdade era perseguição política. Em informação enviada à ARSI/RJ, a ASI/UFF demonstrar-se-ia literalmente os motivos reais da demissão de Afonso:

“(…) 9. A razão oficial constante na portaria da dispensa, foi por cessação de vínculo empregatício, publicada no BS nº 162/76.

10. A razão efetiva, foram as atividades desenvolvidas na Universidade, pelo grupo liderado pelo prof. Ayrton de Albuquerque Queiroz, do qual fazia parte.”⁷⁵

Uma reflexão que necessariamente se faz nesse processo é a que tipo de contrato os professores estariam submetidos. Os auxiliares de ensino eram contratados por dois anos e poderiam ser recontratados por mais dois no regime estabelecido pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). O professor Queiroz demonstrou em entrevista como este novo regime de

⁶⁸ Caracterização de Alexandre Addor Neto pela ASI/UFF: “Cessação de vínculo. Assinou manifesto contra prisão do prof. Airton.” Auxiliares de ensino cujos contratos de trabalho foram rescindidos. Informação nº 39/76 de 05 de julho de 1976. Seção de Arquivo Permanente da Universidade Federal Fluminense. Acervo ASI-UFF. Caixa 19.

⁶⁹ Caracterização de Hildete Pereira de Melo Hermes de Araújo pela ASI/UFF: “Integrava o grupo liderado por Airton de Albuquerque Queiroz. No dia que estava completando 30 dias consecutivos de faltas ao serviço, o seu marido, o seu marido deu entrada no pedido de rescisão de contrato. Foi concedida em 22.04.76.” Informação nº 63/76 PB/166/7956/76/SICI/1/DSI/MEC/76 de 12 de outubro de 1976. Seção de Arquivo Permanente da Universidade Federal Fluminense. Acervo ASI-UFF. Caixa 22.

⁷⁰ Caracterização de Angela Ganen Amálio da Silva pela ASI/UFF: “Assinou manifesto – faltas – dispensada por justa causa. Muita atividade de esquerda, esposa de José Luiz Amálio da Silva, ” Auxiliares de ensino cujos contratos de trabalho foram rescindidos. Informação nº 39/76 de 05 de julho de 1976. Seção de Arquivo Permanente da Universidade Federal Fluminense. Acervo ASI-UFF. Caixa 19.

⁷¹ Caracterização de Carlos Alberto de Carvalho Afonso pela ASI/UFF: “Embora o nominado tenha obtido a certidão negativa no DOPS, é o mesmo um elemento de atividade de esquerda. Inteligente, sua ação é sutil, não havendo inclusive assinado o manifesto de protesto dos professores da Faculdade de Economia em função da prisão do professor Airton de Albuquerque.” Informação nº 41/76 de 23 de agosto de 1976. Seção de Arquivo Permanente da Universidade Federal Fluminense. Acervo ASI-UFF. Caixa 22.

⁷² “Carlos Alberto Gadelha, que também teria seu contrato rescindido, solicitou sua dispensa das funções de Auxiliar de Ensino.” Dispensa de Professores da Faculdade de Economia. Informação nº 50/76 de 31 de agosto de 1976. Seção de Arquivo Permanente da Universidade Federal Fluminense. Acervo ASI-UFF. Caixa 22.

⁷³ Em outro documento da ASI/UFF, há a caracterização de que a professora foi cogitada para dispensa, mas foi resolvido que a UFF atenderia ao pedido de rescisão de contrato. In: Auxiliares de ensino cujos contratos de trabalho foram rescindidos. Informação nº 39/76 de 05 de julho de 1976. Seção de Arquivo Permanente da Universidade Federal Fluminense. Acervo ASI-UFF. Caixa 19.

⁷⁴ Atos da reitoria BS/UFF nº 162 de 25 de agosto de 1976. Seção 2. Seção de Arquivo Permanente da Universidade Federal Fluminense. Acervo ASI-UFF. Caixa 19.

⁷⁵ Informação nº 64/76 de 15 de outubro de 1976. Seção de Arquivo Permanente da Universidade Federal Fluminense. Acervo ASI-UFF. Caixa 19.

contrato facilitaria as demissões políticas:

“Se o professor era CLT, o Reitor poderia fazer a demissão dele porque como era um contrato privado o patrão não tem mais interesse em continuar, demitia a pessoa. Tudo que parece é que é uma questão privada, algo que não tem nada de político. E tem! O cara está sendo demitido porque foi acusado de comunista... etc. Aí como o cara é CLT facilita a vida.”⁷⁶

O resultado imediato dessas demissões foi a carência gigantesca de professores do curso de Economia da UFF.

Outros professores além de Queiroz foram presos ao longo da década de 1970. O professor Raymundo Augusto Sérgio Nogueira Carneiro, do curso de Engenharia Civil foi preso em 30 de abril de 1976 e logo depois demitido como citado anteriormente, e os professores Carlos Henrique Escobar, do Curso de Comunicação Social, e Maria da Glória Ribeiro da Silva foram presos em 1973⁷⁷. O caso de Escobar é esmiuçado na ASI/UFF informando que o mesmo foi preso em 27 de abril de 1973 e libertado em 25 de maio do mesmo ano. O documento deixou claro que o professor ainda atuava na UFF como auxiliar de ensino não era investigado pela ASI. Consta que o mesmo começou a ser alvo de atenção da ASI ainda em 1975 quando, de acordo com ofício, declarou ser contra a censura e contra “algumas atitudes do governo”⁷⁸ e, mais tarde, seria identificado como militante do grupo guerrilheiro Resistência Armada Nacionalista (RAN)⁷⁹. Em 1976, Escobar e Nilson Lage foram demitidos da Escola de Comunicação Social (ECO). A imprensa estudantil da ECO publicou diversos documentos descrevendo as arbitrariedades do diretor na época, Antônio Sérgio Mendonça, que seriam: as exigências de “atestados ideológicos”, a censura de cartazes e as constantes ameaças de implementação do decreto 477.⁸⁰

Conclusão

Podemos demonstrar neste artigo a abrangência da repressão na UFF e a ambiguidade do papel da administração universitária que, às vezes, parece querer evitar a intervenção externa na vida universitária (dizendo para os órgãos da repressão que já resolveu a questão internamente), mas, dessa forma, assumindo para si as tarefas repressivas, dentro da lógica do regime ditatorial. No entanto, não podemos esquecer também que existiram outros momentos em que os órgãos de segurança eram diretamente convocados pela reitoria. Demonstramos ainda que em todo o processo de ditadura houve resistência dos professores, funcionários e estudantes, colocando, assim, por terra

⁷⁶ Entrevista de Airton de Albuquerque Queiroz à Aduff em 2013.

⁷⁷ Ofício Confidencial nº 395/ARSI/DSI/MEC/973 em 18 de maio de 1973. Seção de Arquivo Permanente da Universidade Federal Fluminense. Acervo ASI-UFF. Caixa 8.

⁷⁸ Informação nº 32/75 de 10 de julho de 1975. Seção de Arquivo Permanente da Universidade Federal Fluminense. Acervo ASI-UFF. Caixa 10.

⁷⁹ Informação nº 51/75 de 17 de setembro de 1975. Seção de Arquivo Permanente da Universidade Federal Fluminense. Acervo ASI-UFF. Caixa 9.

⁸⁰ Pela Liberdade de Expressão e Organização e como age o nosso novo diretor. Seção de Arquivo Permanente da Universidade Federal Fluminense. Acervo ASI-UFF. Caixa 1.

a concepção de que a UFF era uma ilha de tranquilidade, sendo na realidade um palco de conflitos abertos no período da ditadura.